



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90018/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
(Processo Administrativo nº 0001431-09.2025.6.23.8000)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR**, leva ao conhecimento dos interessados que, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia: **02 de junho de 2026**

Horário: **10h00 (horário de Brasília/DF)**

Endereço Eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

UASG: **070028**

**SEÇÃO I - DO OBJETO**

1. O objeto da presente licitação é a formação de registro de preços para eventual aquisição de material de consumo (elétrico, hidráulico, ferragens e outros), para utilização na manutenção das edificações da Justiça Eleitoral de Roraima, com a finalidade de atender demandas da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e Cartórios Eleitorais, bem como por ocasião das Eleições de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. A licitação será realizada em 5 (cinco) grupos, compostos, ao todo, por 156 (cento e cinquenta e seis) itens, conforme tabela constante da Seção II deste Edital. O licitante deverá apresentar proposta para todos os itens que compõem o grupo no qual tiver interesse em participar.

3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO PARA O GRUPO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II — DA DESPESA**

1.O valor anual desta licitação está estimado em **R\$ 461.957,93** (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) , conforme consta na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Material	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	1	Bocal com rabicho para lâmpada base E-27, com soquete em latão, sem chave interruptora. Acompanha vedação de cabo para uso ao tempo.	Und	150	R\$ 6,65	R\$ 997,50
	2	Cabo paralelo 2,5mm peça de 100 metros	Pç	40	R\$ 230,76	R\$ 9.230,40
	3	Disjuntor termomagnético, padrão DIN, bipolar, corrente nominal de 20 amperes.	Und	30	R\$ 42,16	R\$ 1.264,80
	4	Disjuntor termomagnético, padrão DIN, bipolar, corrente nominal de 16 amperes.	Und	30	R\$ 40,84	R\$ 1.225,20
	5	Extensão múltipla de 10m em cabo pp 2,5mm, com 3 tomadas 2P+T, 10A 250v	Unid	40	R\$ 122,64	R\$ 4.905,60
	6	Fita isolante em PVC, cor preta, tipo P44, tensão 750V, temperatura 90º, rolo de 19mm x 20m e espessura de 0,18mm.	Und	100	R\$ 15,22	R\$ 1.522,00
	7	Interruptor de embutir 1 tecla + 1 tomada 10A, com placa na cor branca.	Und	40	R\$ 13,67	R\$ 546,80

Grupo 1 – Materiais elétricos, iluminação e acessórios de instalação elétrica

8	Interruptor de embutir de 2 teclas, com placa na cor branca.	Und	40	R\$ 15,16	R\$ 606,40
9	Plugue macho, 2P+T, 10 A, 250V, conforme ABNT.	Und	100	R\$ 9,39	R\$ 939,00
10	Plugue macho, 2P+T, 20 A, 250V, conforme ABNT.	Und	100	R\$ 12,14	R\$ 1.214,00
11	Refletor micro LED ULTRA THIN 50W (RGB/COLORIDO) - com controle.	Und	100	R\$ 79,29	R\$ 7.929,00
12	Tomada fêmea simples de embutir, 2P + T, para caixa 4 x 2, confeccionada em material termoplástico, amperagem 20A, padrão IEC 60906-1 - NBR 14136, cor branca.	Und	100	R\$ 12,47	R\$ 1.247,00
13	Tomada fêmea dupla de sobrepor, 2P + T, confeccionada em material termoplástico, amperagem 20A, padrão IEC 60906-1 - NBR 14136, com caixa e placa na cor branca.	Und	60	R\$ 19,25	R\$ 1.155,00
14	Cabo flexível elétrico de 1x2,5mm de cobre 100 metros	Pç	30	R\$ 261,90	R\$ 7.857,00
15	Cabo flexível elétrico de 1x04mm de cobre 100 metros	Pç	10	R\$ 423,03	R\$ 4.230,30
16	Cabo flexível elétrico de 1x06mm de cobre 100 metros	Pç	6	R\$ 611,97	R\$ 3.671,82
17	Canaleta ante chama 20 x 10 x 2000 mm com fita adesiva	Und	100	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00
18	Canaleta ante chama duto 50x20 x 2000 mm	Und	100	R\$ 57,35	R\$ 5.735,00
19	Refletores de LED 50w branco, luminosidades 4500 lumens, voltagem AC90/265V (bivolt), frequência 50/60 Hz, ângulo de abertura de 120°, altura e largura 10,5 cm x 14,5 cm	Und	200	R\$ 112,74	R\$ 22.548,00
20	Lâmpadas LED Fluorescente Tubular bivolt 18w T8 e base G13, 604mm, 4000k cor da luz branco frio	Und	300	R\$ 20,72	R\$ 6.216,00
21	Lâmpadas bulbo LED de 50w bivolt 110/220v	Und	300	R\$ 30,09	R\$ 9.027,00
22	Lâmpadas bulbo LED de 30w bivolt 110/220v	Und	500	R\$ 28,21	R\$ 14.105,00
23	Plafon de sobrepor redondo, fabricado em PVC na cor branca, com um bocal (base / soquete) E-27 de porcelana (louça) e capacidade para 100W, diâmetro próximo de 140mm., branco.	Und	400	R\$ 14,90	R\$ 5.960,00
24	Relé fotoelétrico bivolt 110/220v de 1000w	Und	100	R\$ 41,74	R\$ 4.174,00
25	Interruptor de embutir de uma tecla 10A	Und	50	R\$ 15,23	R\$ 761,50
26	Tomada dupla de sobrepor de 10A	Und	50	R\$ 21,56	R\$ 1.078,00
27	Tomada simples de sobrepor 10A	Und	50	R\$ 21,02	R\$ 1.051,00
28	Cabo PP 2,5 mm 4 fios 100 metros	Pc	10	R\$ 1.650,39	R\$ 16.503,90
29	Cabo PP 4 mm 4 fios 100 metros	Pc	10	R\$ 2.616,01	R\$ 26.160,10
30	Cabo flexível elétrico de 1x10mm de cobre 100 m	Pç	5	R\$ 1.645,78	R\$ 8.228,90
31	Lâmpada LED tubular T8 120cm 20,5w com drive integrado mod-190187	Und	200	R\$ 30,27	R\$ 6.054,00
32	Lâmpada LED Tubular T5 com drive integrado 9w 6500 bivolt 55 cm	Und	200	R\$ 35,91	R\$ 7.182,00
33	Plug pino tomada fêmea 10A	Und	100	R\$ 14,24	R\$ 1.424,00
34	Plug pino tomada fêmea 20A	Und	100	R\$ 13,23	R\$ 1.323,00
35	Luminária de embutir com aletas para duas lâmpadas fluorescente 60cm	Und	150	R\$ 158,41	R\$ 23.761,50
36	Organizador de Cabos Espiral 3/4 100 metros. Preto	Und	2	R\$ 395,98	R\$ 791,96
37	Relé térmico de sobre carga de 7a 10A	Und	10	R\$ 148,96	R\$ 1.489,60
38	Relé térmico de sobre carga de 10 a 16A	Und	10	R\$ 252,17	R\$ 2.521,70
39	Luminária elétrica espeto para jardim 7w amarela	Und	100	R\$ 79,90	R\$ 7.990,00
	Luminária elétrica espeto para jardim 7w				

	40	verde	Und	100	R\$ 94,45	R\$ 9.445,00
<b>Valor Estimado Total do Grupo 1 (R\$)</b>						<b>R\$ 233.852,98</b>
Grupo 2 – Materiais hidráulicos, sanitários e acessórios de abastecimento	41	Refil Mod-CZ + 7 para filtro IBBL	Und	40	R\$ 105,00	R\$ 4.200,00
	42	Adaptador flange para caxa d"água 50mm	Und	10	R\$ 46,05	R\$ 460,50
	43	Adaptador flange para caxa d"água 40mm	Und	10	R\$ 49,88	R\$ 498,80
	44	Torneira De Cozinha Flexível Silicone mesa 1/4 de Volta, entrada d'água de 1/2 com mecanismo manual de abertura	Und	40	R\$ 129,20	R\$ 5.168,00
	45	Torneira De Cozinha Flexível Silicone Parede 1/4 de Volta, entrada d'água de 1/2 com mecanismo manual de abertura	Und	40	R\$ 138,44	R\$ 5.537,60
	46	Registro em PVC com união 50mm	Und	10	R\$ 67,61	R\$ 676,10
	47	Adaptador flange para caxa d"água 32mm	Und	15	R\$ 27,26	R\$ 408,90
	48	Engate flexível em PVC de 40cm 1/2"	Und	100	R\$ 17,12	R\$ 1.712,00
	49	Adaptador flange para caxa d"água 25mm	Und	15	R\$ 23,19	R\$ 347,85
	50	Boia para caixa D´agua	Und	30	R\$ 30,01	R\$ 900,30
	51	Válvula com acionamento manual e fechamento automático para mictório	Und	50	R\$ 184,78	R\$ 9.239,00
	52	Registro em PVC com união 40mm	Und	10	R\$ 53,62	R\$ 536,20
	53	Registro em PVC com união 25mm	Und	15	R\$ 29,57	R\$ 443,55
	54	Registro em PVC com união 32mm	Und	10	R\$ 42,28	R\$ 422,80
	55	Torneira para Jardim	Und	30	R\$ 34,65	R\$ 1.039,50
	56	Tubo PVC soldável 20mm x 6m	Und	50	R\$ 26,12	R\$ 1.306,00
	57	Torneira com acionamento manual e fechamento automático para Lavatório	Und	30	R\$ 196,82	R\$ 5.904,60
	58	Luva PVC Soldavel de 25 mm	Und	50	R\$ 3,12	R\$ 156,00
	59	Luva PVC Soldavel de 20 mm	Und	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
	60	Motor de bomba centrifuga 1,5 cv monofásica	Und	5	R\$ 2.176,38	R\$ 10.881,90
	61	Mangueira Transado 1/2 transparente 50 metros	Und	6	R\$ 288,08	R\$ 1.728,48
	62	Suporte para Papel Toalha	Und	30	R\$ 123,41	R\$ 3.702,30
	63	Suporte para sabonete liquido	Und	30	R\$ 93,78	R\$ 2.813,40
	64	Suporte para Papel higiênico	Und	30	R\$ 73,65	R\$ 2.209,50
	65	Acento para vaso sanitário convencional de plástico almofadado na cor branca	Und	100	R\$ 78,08	R\$ 7.808,00
	66	Desentupidor de cano e encanamentos flexivel com 5 metros	Und	2	R\$ 129,47	R\$ 258,94
	67	Registro soldavel com união 50mm	Und	10	R\$ 44,90	R\$ 449,00
	68	Registro soldavel com união 40mm	Und	10	R\$ 88,91	R\$ 889,10
	69	Registro soldavel com união 32mm	Und	10	R\$ 44,06	R\$ 440,60
	70	Registro soldavel com união 25mm	Und	10	R\$ 38,98	R\$ 389,80
	71	Desentupidor manual tipo bomba	Und	2	R\$ 71,25	R\$ 142,50
<b>Valor Estimado Total do Grupo 2 (R\$)</b>						<b>R\$ 70.796,22</b>
	72	Fita dupla face transparente 19mm x 5m	Und	20	R\$ 63,85	R\$ 1.277,00
	73	Desengripante	Und	10	R\$ 48,83	R\$ 488,30
	74	Marreta de 10 kg	Und	2	R\$ 318,17	R\$ 636,34
	75	Martelete perfurador 820w 127v com maleta furadeira impacto profissional	Und	2	R\$ 1.264,39	R\$ 2.528,78
	76	Chave Grifo 24 Polegadas	Und	2	R\$ 163,95	R\$ 327,90
	77	Lima chata com cabo	Und	3	R\$ 31,40	R\$ 94,20
	78	Cavadeira de aço forjada articulada articulada cabo redondo 1,820M largura da lamina 25cm	Und	2	R\$ 214,67	R\$ 429,34
	79	Fecho Alavanca Janela Maxim Ar Alumínio - Preto -	Und	100	R\$ 45,75	R\$ 4.575,00
		Disco de corte diamantado, 110 mm, furo de 22,2 mm, segmentado, indicado para cortar mármore, granito, concreto, tijolo, telha, alvenaria e pedras. Os discos de				

Grupo 3 – Ferramentas, ferragens, fechaduras, fixadores e acessórios de manutenção	80	cutte a seco, quando refrigerados, proporcionam um melhor rendimento.	Und	30	R\$ 32,24	R\$ 967,20
	81	Broca para concreto 5 mm	Und	10	R\$ 13,99	R\$ 139,90
	82	Broca para concreto 6 mm	Und	10	R\$ 14,44	R\$ 144,40
	83	Broca para concreto 8 mm	Und	10	R\$ 17,16	R\$ 171,60
	84	Broca para ferro 3 mm	Und	10	R\$ 16,57	R\$ 165,70
	85	Broca para ferro 5 mm	Und	10	R\$ 17,06	R\$ 170,60
	86	Broca para ferro 6 mm	Und	10	R\$ 16,51	R\$ 165,10
	87	Broca para ferro 8 mm	Und	10	R\$ 27,77	R\$ 277,70
	88	Cadeado Latão Maciço 40mm haste em aço cromado	Und	10	R\$ 46,55	R\$ 465,50
	89	Cadeado Latão Maciço 60mm haste em aço cromado	Und	10	R\$ 115,50	R\$ 1.155,00
	90	Mola aérea para porta fechador automático	Und	30	R\$ 168,15	R\$ 5.044,50
	91	Trena de 10 metros	Und	5	R\$ 74,69	R\$ 373,45
	92	Arco de serra para cortar ferro	Und	4	R\$ 54,86	R\$ 219,44
	93	Lamina de Ferro para arco Manual	Und	20	R\$ 18,45	R\$ 369,00
	94	Fechadura externa inox 46 mm para porta de ferro	Und	20	R\$ 109,90	R\$ 2.198,00
	95	Bucha 6mm	Und	200	R\$ 0,12	R\$ 24,00
	96	Lixa para ferro 100/225x275mm	Und	50	R\$ 9,27	R\$ 463,50
	97	Lixa para ferro 120/225x275mm	Und	50	R\$ 8,92	R\$ 446,00
	98	Bucha 8mm	Und	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
	99	Parafuso auto brocante sextravado 4,2x13mm cabeça flangeado	Und	200	R\$ 0,26	R\$ 52,00
	100	Parafuso auto brocante sextravado 4,2x19mm cabeça flangeado	Und	200	R\$ 0,20	R\$ 40,00
	101	Bucha 10mm	Und	100	R\$ 0,51	R\$ 51,00
	102	Puxador Redondo Polido Para Porta de vidro duplo	Und	10	R\$ 193,35	R\$ 1.933,50
	103	Puxador Duplo Tubular 60x21cm Inox Polido	Und	10	R\$ 282,92	R\$ 2.829,20
	104	Escada tesoura de dupla fibra 2,40m com 08 degraus	Und	2	R\$ 1.026,83	R\$ 2.053,66
	105	Escada extensiva em fibra de vidro de 09m com 32 degraus suporta até 120kg não condutora de eletricidade	Und	2	R\$ 1.933,30	R\$ 3.866,60
	106	Fechadura externa Inox polido 40 mm Roseta (redonda)	Und	20	R\$ 117,49	R\$ 2.349,80
	107	Barra antipânico dupla - com fechadura	Und	2	R\$ 1.354,79	R\$ 2.709,58
	108	Trinco de centro e piso 1335	Und	30	R\$ 34,84	R\$ 1.045,20
Valor Estimado Total do Grupo 3 (R\$)						R\$ 40.399,99
Grupo 4 – Materiais de construção, pintura, acabamento, impermeabilização e drywall	109	Manta asfáltica aluminizada para telhado 90cm x 10m	Und	5	R\$ 322,15	R\$ 1.610,75
	110	Manta asfáltica aluminizada para telhado 60cm x 10m	Und	10	R\$ 193,59	R\$ 1.935,90
	111	Tinta espray 400 ml preto fosco	Und	5	R\$ 31,84	R\$ 159,20
	112	Tinta espray 400 ml branco fosco	Und	5	R\$ 50,76	R\$ 253,80
	113	Massa corrida para uso interno	Und	5	R\$ 130,60	R\$ 653,00
	114	Massa acrílica para uso externo	Und	3	R\$ 275,97	R\$ 827,91
	115	Tinta acrílica para parede latão de 18 litros branco gelo fosco	Und	10	R\$ 391,48	R\$ 3.914,80
	116	Tinta para piso de 18 litros azul fosco	Und	2	R\$ 387,50	R\$ 775,00
	117	Tinta para piso 18L cinza médio	Und	10	R\$ 445,75	R\$ 4.457,50
	118	Tinta para piso 18L amarelo fosco	Und	10	R\$ 432,63	R\$ 4.326,30
	119	Presilha Bigodinho 20mm Para Forro Modular - caixa com 50 Unidades	Cx	20	R\$ 77,00	R\$ 1.540,00
	120	Perfil longarina de 24x3750mm cor branco	Und	50	R\$ 19,50	R\$ 975,00
	121	Perfil travesa 24x1250mm cor branco	Und	100	R\$ 9,19	R\$ 919,00
	122	Garfo para rolo de pintura 23cm	Und	4	R\$ 27,57	R\$ 110,28
	123	Geso em pó para acabamento	kg	5	R\$ 11,20	R\$ 56,00

	124	Rolo de lã microfibra anterespingo de 23cm	Und	10	R\$ 33,70	R\$ 337,00
	125	Rolo de lã microfibra anterespingo de 9 cm	Und	5	R\$ 20,87	R\$ 104,35
	126	Placa de Drywall 120x240	Und	100	R\$ 87,65	R\$ 8.765,00
	127	Pincel trincha 2 polegadas	Und	20	R\$ 14,21	R\$ 284,20
	128	Espuma expansiva 320g 500ml	Und	20	R\$ 39,63	R\$ 792,60
	129	Silicone transparente tubo de 280g	Und	10	R\$ 45,17	R\$ 451,70
	130	Cimento CP-III 42,5KG	Und	10	R\$ 60,49	R\$ 604,90
	131	Argamassa para piso interno 20kg ac1	Und	10	R\$ 35,15	R\$ 351,50
	132	Borracha Liquida contra vazamento	LT 18 kg	6	R\$ 588,69	R\$ 3.532,14
	133	Perfil montante drywall 70mm x 3 m	Und	100	R\$ 25,90	R\$ 2.590,00
	134	Perfil guia drywall 70mm x 3 m	Und	50	R\$ 37,73	R\$ 1.886,50
	135	Parafuso para gesso drywall tombeta 3,5 x 25mm ponta agulha caixa com 500 unidades	Cx	4	R\$ 91,01	R\$ 364,04
<b>Valor Estimado Total do Grupo 4 (R\$)</b>						<b>R\$ 42.578,37</b>
Grupo 5 – Materiais de limpeza, coleta, lixeiras, sinalização e apoio operacional	136	Kit registro regulador de gás 1kg/h com mangueira e duas braçadeiras medindo 1,25 metros	Und	20	R\$ 102,69	R\$ 2.053,80
	137	Kit de letras e número vazado 75 mm	Und	2	R\$ 139,76	R\$ 279,52
	138	Placas de Perigo de Alta Tensão	Und	10	R\$ 87,21	R\$ 872,10
	139	Placas de Saída de Emergência	Und	20	R\$ 49,90	R\$ 998,00
	140	Placas Perigo choque	Und	30	R\$ 38,40	R\$ 1.152,00
	141	Placa aviso "Mantenha Portão Fechado"	Und	50	R\$ 34,20	R\$ 1.710,00
	142	Placas aviso "Quadro de distribuição de Energia"	Und	20	R\$ 23,04	R\$ 460,80
	143	Fita de demarcação adesiva zebra amarelo/preto 50mm x 30 metros	Und	50	R\$ 58,49	R\$ 2.924,50
	144	Placa Uso consciente da água	Und	10	R\$ 27,80	R\$ 278,00
	145	Placa identificação extintor ABC	Und	100	R\$ 27,17	R\$ 2.717,00
	146	Lixeira para coleta seletiva de resíduos (cor: amarela)	Und	30	R\$ 108,90	R\$ 3.267,00
	147	Lixeira para coleta seletiva de resíduos (cor: verde)	Und	30	R\$ 99,65	R\$ 2.989,50
	148	Lixeira para coleta seletiva de resíduos (cor: azul)	Und	30	R\$ 85,46	R\$ 2.563,80
	149	Lixeira para coleta seletiva de resíduos (cor: vermelha)	Und	30	R\$ 121,95	R\$ 3.658,50
	150	Lixeira para coleta seletiva de resíduos (cor: grafite)	Und	30	R\$ 105,68	R\$ 3.170,40
	151	Lixeira inox com tampa e pedal 12 lts	Und	100	R\$ 149,00	R\$ 14.900,00
	152	Lixeira inox com tampa e pedal 50 lts	Und	35	R\$ 456,57	R\$ 15.979,95
	153	Lixeira em polipropileno com pedal 12 lts	Und	150	R\$ 58,97	R\$ 8.845,50
	154	Rodo para pia 15X18mm	Und	50	R\$ 13,31	R\$ 665,50
	155	Dispenser para sabonete líquido em polipropileno	Und	50	R\$ 46,55	R\$ 2.327,50
	156	Pano de chão de algodão 44X62mm	Und	300	R\$ 8,39	R\$ 2.517,00
<b>Valor Estimado Total do Grupo 5 (R\$)</b>						<b>R\$ 74.330,37</b>
<b>VALOR TOTAL DOS GRUPOS</b>						<b>R\$ 461.957,93</b>

### SEÇÃO III - DO REGISTRO DE PREÇOS

1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões, são as que constam na Ata de Registro de Preços.

### SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6. Não poderão disputar esta licitação:

6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.11. Entidades/empresas cujo sócio seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, conforme vedação estabelecida no inciso VI e no §3º do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016.

6.11.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

6.12. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

**6.12.1. Nos casos de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.**

7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

8. O impedimento de que trata o item 6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4 e 6.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

11. O disposto nos itens 6.4. e 6.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

13. A vedação de que trata o item 7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **SEÇÃO V — DA VISTORIA**

1. Não será necessária a vistoria.

## **SEÇÃO VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7. A falsidade da declaração de que trata os itens 2 ou 5 desta Seção sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11 desta Seção possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## SEÇÃO VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a todos os itens que compõem o grupo no qual tiver interesse em participar, observando-se as quantidades estimadas previstas neste Edital.

1.1. valor unitário do item;

1.2. marca;

1.3. A quantidade cotada deverá corresponder à quantidade total estimada para cada item do respectivo grupo.

2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando



requerido, sua substituição.

9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico;

9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos para os itens desta licitação.

10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **SEÇÃO VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, conforme disposto no subitem 1.1. da Seção anterior.

6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o cadastrado no sistema.

9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11. O **modo de disputa** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o **“aberto e fechado”**, e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

20. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

20.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

21. Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

22.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Roraima;

22.2. empresas brasileiras;

22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua

proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

28. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **NO PRAZO DE 2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

29. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **SEÇÃO IX - DA FASE DE JULGAMENTO**

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6 da Seção IV deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.1. SICAF;

1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União -TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.1. conter vícios insanáveis;

6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a

substância das propostas.

9.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **SEÇÃO X - DA AMOSTRA**

1. Não há necessidade de amostra.

## **SEÇÃO XI - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10. A habilitação será verificada por meio:

10.1. do SICAF, nos Níveis de Cadastramento I a IV.

10.1.1. As Licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, conforme a seguir;

10.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de](#)

10.1.1.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.1.1.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.1.1.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.1.1.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.1.1.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.1.14. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.1.1.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.1.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.1.1.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.1.1.18. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro(a) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, conforme exigido pelo inciso III do artigo 7º da Lei n.º 14.133/2021 e no art. 2.º, VI, da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

## 10.2. No caso de Cooperativas

10.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.2.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

12.1. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, a partir da convocação do pregoeiro para essa finalidade.

14.1. Antes de findo o prazo estipulado neste item, o pregoeiro poderá prorrogá-lo por igual período, quando houver solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 14 desta Seção, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (DUAS) HORAS**, para:

16.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

16.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

17. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 14 desta Seção.

20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

22. A declaração de que trata o Anexo V deste edital só será exigida para fins de contratação.

## **SEÇÃO XII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **SEÇÃO XIII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**



1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

2. Para fins do disposto do item anterior, os licitantes que desejarem ser inseridos no cadastro reserva da ata de registro de preços, deverão encaminhar e-mail para [slic@tre-rr.jus.br](mailto:slic@tre-rr.jus.br) informando que:

2.1. aceitam cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; ou

2.2. mantém sua proposta original.

3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **SEÇÃO XIV - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DAS FORMAS DE INTIMAÇÃO DA FUTURA CONTRATADA**

1. Caso o Tribunal entenda ser necessário a assinatura do contrato com o fornecedor que tiver seus preços registrado, promoverá sua respectiva convocação, do contrário as aquisições poderão ocorrer pela simples emissão de nota de empenho em nome do beneficiário do registro.

1.1. Em caso de convocação para assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, após a ciência do instrumento contratual, o convocado deve assinar o ajuste no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

1.1.1. O prazo do item 1.1. poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR.

1.2. Nos termos do permissivo contido nos artigos 2º e 5º da Lei 11.419/2006, as intimações serão feitas por meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

1.2.1. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

1.2.2. Na hipótese do subitem 1.2.1, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

1.2.3. A consulta referida nos subitens 1.2.1. e 1.2.2. deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

1.2.4. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do subitem 1.2.3, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

1.2.5. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.

2. Por ocasião da intimação do instrumento contratual, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o **fornecedor** mantém as condições de habilitação.

3. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

3.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



4. Para poder contratar com o TRE-RR, a empresa não poderá possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 2.º VI, da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

## SEÇÃO XV -DOS RECURSOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**, a contar da mensagem emitida pelo sistema para essa finalidade.

3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da consulta pública do SEI: [Pesquisa Pública SEI](#).

## SEÇÃO XVI - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

d) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

e) deixar de apresentar amostra;

f) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

1.5. fraudar a licitação;

1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor TOTAL do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

4.1. Para as infrações previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 desta Seção, a multa será de 0,5% a 15% do valor do TOTAL contrato licitado.

4.2. Para as infrações previstas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8 desta Seção, a multa será de 15% a 30% do valor TOTAL do contrato licitado.

5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 desta Seção, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8 desta Seção, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 desta Seção que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.3 desta Seção, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **SEÇÃO XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo seguinte e-mail: [slic@tre-rr.jus.br](mailto:slic@tre-rr.jus.br).

4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## SEÇÃO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.tre-rr.jus.br](http://www.tre-rr.jus.br).

12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo IV - Modelo de Proposta;

Anexo V - Declaração Negativa de Nepotismo.

Boa Vista/RR, 19 de maio 2026.

**Ademárcio da Silva**  
Coordenador de Contratações do TRE/RR  
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 19/05/2026, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1046633** e o código CRC **262A5B05**.